



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba



PARECER JURÍDICO/2017/DICOM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 047/2017-PP

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAITUBA.

ASSUNTO – PARECER CONCLUSIVO.

Concluída a Sessão do Pregão Presencial, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta assessoria jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou as minutas de Edital e Contrato, bem como, considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito:

PARECER JURÍDICO/2017/DICOM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 047/2017-PP.

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAITUBA.

ASSUNTO - MINUTA DE EDITAL E CONTRATO.

I – RELATÓRIO

Submete-se a apreciação o presente processo relativo ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial registrado sob o nº 047/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Itaituba, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital, atendendo ao disposto na Lei nº 10.520/2002.

Consta no presente certame: solicitação de despesa para aquisição de material gráfico para suprir os setores vinculados a Secretaria de Assistência Social, atendendo a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Itaituba; despacho do Secretária Municipal de Assistência Social de Itaituba para que o setor competente providencie a pesquisa de preço e informe a existência de recursos orçamentários; cotação de preços; despacho do departamento de contabilidade informando a dotação orçamentária disponível para atender a demanda; declaração de adequação orçamentária e financeira; autorização de abertura de processo licitatório; autuação do processo licitatório; despacho de encaminhamento dos autos à assessoria jurídica para



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba



análise e parecer; minuta do edital e anexos, bem como, minuta do contrato.

Ficou estabelecido no edital o menor preço por item como critério de julgamento, atendendo ao que dispõe o art. 45 da Lei 8.666/93.

O presente processo consta o edital indicando as exigências constantes do art. 40 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º da Lei 10.520/2002, bem como a documentação que os interessados deverão apresentar para serem considerados habilitados.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpra-se aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

III - PARECER

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

A licitação configura procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa, caracterizando-se como ato administrativo formal, praticado pelo Gestor Público, devendo ser processado em estrita conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal na legislação infraconstitucional.

No que se refere a modalidade licitatória ora em análise, vale aclarar que a Lei 10.520/2002 dispõe que pregão é a modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes considerados, para os fins e efeitos desta Lei, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais (art. 1º, parágrafo único).

O exame prévio do edital tem indole jurídico-formal e consiste, via de regra, em verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório, os seguintes elementos:

- a) autuação, protocolo e numeração;
- b) justificativa da contratação;
- c) termo de referência, devidamente autorizado pela autoridade competente, contendo o objeto, o critério de aceitação do objeto, orçamento detalhado para avaliação de custos, definição dos métodos, estratégia de suprimento, cronograma físico-financeiro, deveres do contratado e contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento; prazo de execução e garantia e sanções pelo inadimplemento;
- d) indicação do recurso orçamentário para cobrir a despesa;
- e) ato de designação da comissão;
- f) edital numerado em ordem serial anual;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba



- g) se pre mbulo do edital cont m o nome da reparti o interessada e de seu setor;
- h) pre mbulo do edital indicando a modalidade e o tipo da licita o, bem como o regime de execu o (p/obras e servi os);
- i) pre mbulo do edital mencionando que a licita o ser  regida pela legisla o pertinente;
- j) pre mbulo do edital anotando o local, dia e hora para recebimento dos envelopes de documenta o e proposta, bem como para o in cio de abertura dos envelopes;
- k) indica o do objeto da licita o, em descri o sucinta e clara;
- l) indica o do prazo e as condi es para a assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos;
- m) indica o do prazo para execu o do contrato ou entrega do objeto;
- n) indica o das san es para o caso de inadimplemento;
- o) indica o do local onde poder  ser examinado e adquirido o projeto b sico, e se h  projeto executivo dispon vel na data da publica o do edital e o local onde poder  ser examinado e adquirido (p/obras e servi os);
- p) indica o das condi es para participa o da licita o;
- q) indica o da forma de apresenta o das propostas;
- r) indica o do crit rio para julgamento, com disposi es claras e par metros objetivos; indica o dos locais, hor rios e c digos de acesso para fornecimento de informa es sobre a licita o aos interessados;
- s) indica o dos crit rios de aceitabilidade dos pre os unit rio e global e indica o das condi es de pagamento.

No que respeita   minuta contratual, incumbe ao parecerista pesquisar a conformidade dos seguintes itens:

- a) condi es para sua execu o, expressas em cl usulas que definam os direitos, obriga es e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licita o e da proposta a que se vinculam, estabelecidas com clareza e precis o;
- b) registro das cl usulas necess rias:
 - I - o objeto e seus elementos caracter sticos;
 - II - o regime de execu o ou a forma de fornecimento;
 - III - o pre o e as condi es de pagamento, os crit rios, data-base e periodicidade do reajustamento de pre os, os crit rios de atualiza o monet ria entre a data do adimplemento das obriga es e a do efetivo pagamento;
 - IV - os prazos de in cio de etapas de execu o, de conclus o, de entrega, de observa o e de recebimento definitivo, conforme o caso;
 - V - o cr dito pelo qual correr  a despesa, com a indica o da classifica o funcional program tica e da categoria econ mica;
 - VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execu o, quando exigidas;
 - VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cab veis e os valores das multas;
 - VIII - os casos de rescis o;
 - IX - o reconhecimento dos direitos da Administra o, em caso de rescis o administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
 - X - as condi es de importa o, a data e a taxa de c mbio para convers o, quando for o caso;
 - XI - a vincula o ao edital de licita o ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e   proposta do licitante vencedor;
 - XII - a legisla o aplic vel   execu o do contrato e especialmente aos casos omissos;
 - XIII - a obriga o do contratado de manter, durante toda a execu o do contrato, em compatibilidade com as obriga es por ele assumidas, todas as condi es de habilita o e qualifica o exigidas na licita o;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba



XIV - cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 da Lei n. 8.666/93;

XV - A duração dos contratos adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 57 da Lei n. 8.666/93.

Considerando que o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93;

Considerando que o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores atos.

Seguem canceladas as minutas do Edital e Contrato ora examinadas.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateu às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do art. 10, § 1º, da Lei nº 10.480/2002, c/c o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise deste Procurador os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Itaituba.

É o parecer, sub censura.

Itaituba - PA, 23 de junho de 2017.

ATEMISTOKHLES A. DE SOUSA
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL
OAB/PA Nº 9.964

Após a manifestação supratranscrita, a comissão de licitação deu início à fase externa do certame (Art. 4º incisos I a IV da Lei nº 10.520/02) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 4º, V da Lei nº 10.520/02).

Em tempo o Edital do Pregão Presencial vem detalhando o Objeto, o Prazo de entrega, a fase de Proposta, Habilitação, julgamento e análise dos documentos, Julgamento do Recurso, Documento aplicável, Obrigações da Contratada, e Disposições Gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.520/02, bem como, amparada pela Lei 8.666, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Itaituba, para garantir a publicidade dos atos.

No dia 12 de julho de 2017 às 10h, hora designada para a seleção da proposta mais vantajosa, constatou-se a presença das empresas A DA SILVA LOPES – EPP, F G DE MELO EIRELI – ME para credenciamento. Os representantes das empresas entregaram as propostas em envelope lacrado para ser aberto e conferido segundo as exigências do Edital.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

A comissão passou para a fase de lances e por último para a fase de habilitação, julgando apta a empresa **F G DE MELO EIRELI - ME com valor total de R\$-749.772,00 (setecentos e quarenta e nove mil e setecentos e setenta e dois reais)**. Para cada item cotado, verificou-se a proposta inicial dos proponentes. . Após lances sucessivos, foi definido o menor preço unitário. Não houve impetração de recurso. Na análise da documentação de habilitação e consulta de autenticidade das certidões, constatou que dentre a documentação da empresa de A DA SILVA LOPES - EPP a Certidão Positiva com efeito de negativa de Débitos relativos aos tributos federais e a Dívida Ativa da União estava vencida, bem como, apresentou débito e restrição com relação a Certidão de Regularidade de Natureza Tributária Estadual, sendo concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de novas certidões. Por fim, após o prazo concedido, o pregoeiro adjudicou os itens a empresa F G DE MELO EIRELI – ME.


Merece ressalva, contudo, que até o presente momento não consta dos autos a numeração e rubrica das folhas. RECOMENDA-SE, portanto, que todas as laudas do processo sejam devidamente assinadas e rubricadas.

Razão que neste momento o Assessor Jurídico emite o seu Parecer Favorável em todos os atos do Processo de Licitação até o momento praticado, já que foram observados todos os procedimentos para assegurar a regularidade e a legalidade de todos os atos pela Comissão, bem como, encaminhada ao Secretária Municipal de Assistência Social para que realize Homologação, preenchendo assim os requisitos do art. 38 e incisos e do art. 43 e incisos, ambos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Após tais argumentos, e tendo em vista o estrito cumprimento das Leis nº 10.520 e 8.666/93, observado todos os procedimentos para assegurar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados pela Comissão no procedimento, é nosso Parecer no sentido de que deva se dar prosseguimento ao processo, homologando-o e efetivando a contratação dos licitantes vencedores.

É o parecer, sub censura.

Itaituba - PA, 01 de agosto de 2017.


ATEMISTOKHLES A. DE SOUSA
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL
OAB/PA Nº 9.964